Relatório do Serviço de Educação de Adultos no Amazonas

Relatório que apresenta Garcitylzo do Lago Silva, da situação do Serviço de Educação de Adultos no Amazonas, ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos.

1ª Parte
Do Serviço Estadual

Praticamente inexiste o Serviço Nacional de Educação de Adultos. Todos os encargos que são normalmente destinados a um órgão de tal natureza, são exercidos, precariamente, desde 1955, pela funcionária da Secretaria de Educação e Cultura, Sra. Isabel Rebelo de Souza Alencar, Chefe da Seção de Estatística Educacional.

Além desta falha, fundamentalmente prejudicial, deve-se ajuntar a situação econômico-financeira que de há muito vem atravessando o Estado, impedindo-o de suprir o Serviço com qualquer modalidade de recursos que pudessem assegurar um regular funcionamento de todos os seus setores.

2ª Parte
Movimento Escolar

No ano de 1955 foram, à conta do auxílio federal, instalados no Estado, cem (100) cursos de ensino supletivo, assim distribuídos:

Capital:	Zona urbana	-	29 cursos
	Zona rural	-	20 cursos
Interior:		-	51 cursos
TOTAL.....			100 cursos

Referidos cursos funcionaram, quase na sua totalidade, sob a direção de professores leigos (não diplomados), num total de 92. Somente 8 (oito) professores normalistas, e isto na capital, cooperaram para a maior difusão do ensino entre adultos analfabetos.

As matrículas e frequência atingiram, de acordo com o quadro abaixo, os números seguintes:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ALUNOS MATRICULADOS									
		Idades							
	Séries	14 a 20		21 a 30		31 a 40		40 p/ mais	
		M	F	M	F	M	F	M	F
Zona urbana	1ª série	185	168	69	47	6	3	21	3
	2ª série	83	79	53	25	2	12	2	3
Interior	1ª série	437	293	125	73	13	11	5	7
	2ª série	193	142	47	33	3	3	3	1

QUADRO DEMONSTRATIVO DA FREQUÊNCIA									
		Idades							
	Séries	14 a 20		21 a 30		31 a 40		40 p/ mais	
		M	F	M	F	M	F	M	F
Zona urbana	1ª série	172	159	52	31	6	2	21	1
	2ª série	68	62	43	22	2	11	-	-
Zona rural	1ª série	106	94	79	34	30	13	20	1
	2ª série	48	44	26	15	7	5	1	1
Interior	1ª série	420	289	114	64	8	6	2	4
	2ª série	185	139	33	29	-	-	1	-

No ano de 1956 funcionaram 100 cursos, sendo:

Capital

Zona urbana - 28

Zona rural - 9

Interior - 63

Atingindo a sua matrícula e frequência os números dos quadros que seguem:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ALUNOS MATRICULADOS									
		Idades							
	Séries	14 a 20		21 a 30		31 a 40		40 p/ mais	
		M	F	M	F	M	F	M	F
Zona urbana	1ª série	199	169	85	69	27	17	3	3
	2ª série	119	97	46	38	9	9	1	2
Zona rural	1ª série	58	51	28	27	11	7	2	-
	2ª série	41	42	11	15	10	3	2	1
Interior	1ª série	478	371	159	137	31	16	13	5
	2ª série	188	153	43	47	9	13	6	5

QUADRO DEMONSTRATIVO DA FREQUÊNCIA									
		Idades							
	Séries	14 a 20		21 a 30		31 a 40		40 p/ mais	
		M	F	M	F	M	F	M	F
Zona urbana	1ª série	194	159	82	60	21	15	1	3
	2ª série	113	96	36	28	5	5	-	-
Zona rural	1ª série	50	47	25	21	7	4	1	-
	2ª série	37	42	9	11	10	3	2	-
Interior	1ª série	469	362	149	120	22	11	9	1
	2ª série	179	149	37	38	2	7	2	2

No ano de 1957 foram instalados somente 71 cursos, sendo:

Capital

Zona urbana - 8

Zona rural - 4

Interior - 59

Este ano, 1958, foram destinados ao Amazonas 144 cursos, tendo a encarregada desse Setor Sra. ISABEL REBELO, determinado já a instalação dos mesmos.

3ª Parte
Orientação e Inspeção do Ensino

Embora o Estado do Amazonas disponha de um Centro de Orientação e Pesquisas Educacionais, somente, três orientadores estão, presentemente, em atividade, e que é quase impossível, dentro dos modernos princípios de sã Pedagogia, atender a um campo educacional de mais de trinta mil (30.000) crianças e adolescentes, matriculados em os vários Grupos Escolares da Capital. **O próprio Estado que dispõe atualmente de mil e duzentas cadeiras (1.200) de ensino supletivo** - escolas distritais - pagamento vencimentos de 33.800,00 a cada professor, vê-se totalmente, impotente para orientar e fiscalizar as escolas distribuídas pelos mais variados recantos do hinterland, exercendo, mesmo na Capital, um serviço, tanto de orientação como de inspeção, que poderíamos

considerar como precariamente, quer pela falta do material didático necessários, quer pela de pessoal habilitado para fazê-los.

Somos daqueles que creem ser, e adiantamos não ser pessimismo ou excesso de exagero nosso, **setenta por cento (70%) das informações constantes dos boletins mensais da Companha**, provenientes do Interior do Estado, de natureza fictícia, em virtude da falta de fiscalização a esses cursos, como, também, a outros fatores que, por falta de dados comprobatórios, nos furtamos a declarar.

Enquanto nos referimos assim aos cursos cedidos ao Estado, tecemos louvores às entidades privadas, como a Sociedade Amazonense de Professores e outras, que tem dado o melhor dos seus esforços, congregando, mesmo, o melhor pessoal técnico de que dispõe o Amazonas, para orientar, fiscalizar e prelecionar os cursos que, em face de acordos, lhes foram dados para dirigir.

Salientamos, mais uma vez, que tal situação não resulta de má vontade dos poderes estaduais em auxiliar tão nobilitante campanha, mas sim da insuficiência de recursos de que dispõe, impedindo-lhe, até mesmo, de atender ao seu próprio campo educacional, quer primário, secundário ou superior, hoje bastante acanhado para a nossa população estudantil.

Outro fator que vem causando sérios transtornos à Campanha é o exercício do Magistério em dois turnos obrigatórios - matutino e vespertino - pelos professores primários, o que dificulta, na ordem de 80%, a arregimentação de pessoal verdadeiramente capaz, ao exercício da missão de recuperação de adolescentes e adultos analfabetos.

4ª Parte
Questões diversas

A Campanha de Educação de Adultos, vem lutando, e agora se tem agravado mais que nunca, com problemas graves, para nós quase insolúveis, perturbando os resultados gerais que, bem poderiam ser mais vantajosos para o adolescente e adultos analfabetos deste grande Estado da Federação.

Dentro outros, os que mais se destacam no entrave à realização dos planos previamente traçados são:

a) Casa

O problema casa é um dos que presentemente, contribui para uma diminuição de cerca de 60%, isto aqui na Capital, da assiduidade daqueles que se matriculam nos cursos de alfabetização, em face, não só de sua péssima localização como, também, do seu aspecto, que deprime a vontade daqueles que estudam, ativando-lhes mais a fadiga, impedindo assim, qualquer possibilidade de aprendizagem.

Além do seríssimo problema de localização e aspecto da casa onde os cursos são, geralmente, instalados, o material escolar, - carteiras - utilizados nessas escolas, são, comumente, bancos toscos, feitos de madeira bruta, concorrendo, mais ainda, para a estafa geral dos educandos.

b) Material Escolar e outros

A Campanha está desprovida de qualquer material escolar, como giz, lousa, cadernos, livros, etc. e, também, de Aladino e combustol, prejudicando, sensivelmente, o funcionamento dos cursos, principalmente, os dois últimos citados que, em face da quase

total inexistência de energia elétrica nesta cidade, impede completamente o funcionamento das classes de alfabetização.

c) Remuneração dos professores

Talvez o maior e mais difícil problema a ser vencido seja o da remuneração dos professores. Enquanto o Estado paga as suas professoras leigas vencimentos de 3.800,00 por um único turno de aula - matutino, vespertino ou noturno - e cerca de 9.000,00 a professores com dois turnos obrigatórios, a Campanha oferece una gratificação mensal de 750,00 o que, diante do elevadíssimo custo de vida nesta capital, é quantia que somente pode atrair elementos, praticamente, incompetentes para o exercício das funções.

d) Colaboração do Estado

Como já nos referimos acima, a colaboração dada pelo Estado é quase nula, não em virtude de má vontade dos seus dirigentes, mas sim, em consequência da grave crise Econômico-Financeira que atravessa, quando vê sem preço todos os produtos-bases da sua economia.

Conclusões

Para que possamos atingir um nível de resultados mais positivos, deveremos ter em mente, pelo menos, as exigências, que consideramos mínimas, abaixo justificadas:

A - Anualmente é concedido ao Estado uma média de 100 cursos o que julgamos insuficiente para atender às necessidades deste grande Estado, que apresenta, de acordo com os resultados do Censo Demográfico de 1 de julho de 1950 - numa população de 514.099 habitantes, um coeficiente de analfabetos de 52,1%, atingindo, em números, 267.931 indivíduos que não sabem ler e escrever.

Tomando-se por base os números resultantes de um censo realizado em 1950, e destinando-se, no mínimo um curso para cada 1000 analfabetos, o Amazonas deveria ser contemplado com 268 cursos o que, embora não atendesse às necessidades reais deste rincão, no campo da recuperação de adultos, viria amenizar mais a situação aflitiva em que nos encontramos, por não acharmos um meio eficaz de forçar a baixa do alto índice de analfabetos do Brasil, particularmente no Amazonas.

B - Outro aspecto que o Serviço Nacional de Educação de Adultos deveria submeter ao conclave nacional que se aproxima, é o da remuneração ou gratificação do corpo docente que serve às várias classes, atualmente pago com a irrisória quantia de 3 750,00 mensais.

A isso alertamos os responsáveis maiores pela recuperação intelectual do povo brasileiro, pelo exemplo que temos em Manaus, onde professoras leigas, pagas pelo Estado e por um só expediente, recebam a importância de 3.800,00 mensais **ficando, assim, para a Campanha, somente os elementos ineficazes, perniciosos mesmo, pela sua falta de visão e capacidade de análise dos principais problemas que possam afligir a nossa gente, causando com isso, um índice cada vez mais crescente, de evasão das nossas Escolas.**

C - Para assegurar um maior e melhor aproveitamento na aprendizagem dos alunos em as várias classes, distribuídas por todo o território nacional, a Campanha deveria assinar um convênio suplementar com cada Estado, atribuindo, mediante gratificação compensadora, a técnicos ou mesmo pessoas capazes desses lugares a responsabilidade da orientação e fiscalização dos seus serviços, isto porque, tomando por base o que aqui

sucede, o Estado sem recursos, é, por isso mesmo, incapaz de realizar seus próprios encargos, reelegendo, então, a plano secundário, os demais que lhe venham a ser anexados.

Manaus, 30 de junho de 1958